DA NORMATIZAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO: DESAFIOS E DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Livia Pérez da Silva Britto

Fernando Oliveira de Araujo

Resumo: A curricularização da extensão universitária passou a ser uma exigência para os cursos de graduação brasileiros, mas sua implementação envolve desafios que ultrapassam a adequação formal dos currículos. O presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios relacionados à implementação da curricularização da extensão universitária no Brasil e sistematizá-los em dimensões institucionais capazes de apoiar a compreensão e o aperfeiçoamento desse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica, desenvolvida por meio de revisão de literatura e análise documental, conduzidas a partir de procedimentos explicitados de busca, seleção e análise. O levantamento reuniu 31 obras selecionadas, publicadas entre 1983 e 2026, cujos achados foram reexaminados mediante recorte temático voltado à passagem da normatização à implementação. A análise identificou dificuldades relacionadas à distância entre as exigências normativas e as práticas acadêmicas, à burocratização, à integração pedagógico-curricular, à participação docente, às condições de gestão e financiamento, à relação universidade-sociedade e aos mecanismos de monitoramento e avaliação. Esses desafios foram sistematizados em quatro dimensões interdependentes: Normativa e Gestão, Pedagógico-Curricular, Impacto Social e Monitoramento e Avaliação. Assim, a consolidação da curricularização exige a articulação entre condições institucionais, intencionalidade pedagógica, compromisso social e avaliação contínua. A sistematização proposta oferece um referencial analítico para compreender esse processo, sem pretensão de validação empírica nesta etapa.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; Extensão universitária; Educação superior; Implementação institucional; Avaliação institucional.

Abstract: The integration of university extension into undergraduate curricula has become a requirement in Brazilian higher education, yet its implementation involves challenges that extend beyond formal curricular adjustments. This article aims to analyze the main challenges associated with implementing university extension curricularization in Brazil and to organize them into institutional dimensions that may support a better understanding and improvement of this process. This qualitative, descriptive-analytical study was conducted through a literature review and documentary analysis, following explicit

procedures for search, selection, and analysis. The review comprised 31 selected works published between 1983 and 2026, whose findings were reexamined through a thematic focus on the transition from regulation to implementation. The analysis identified challenges involving gaps between regulatory requirements and academic practices, bureaucratization, pedagogical and curricular integration, faculty participation, management and funding conditions, university–society relations, and monitoring and evaluation mechanisms. These challenges were organized into four interrelated dimensions: Normative and Management, Pedagogical-Curricular, Social Impact, and Monitoring and Evaluation. The study concludes that consolidating university extension curricularization requires coordination among institutional conditions, pedagogical purposes, social commitment, and continuous evaluation. The proposed framework provides an analytical reference for understanding this process, without claiming empirical validation at this stage.

Keywords: University extension curricularization; University extension; Higher education; Institutional implementation; Institutional evaluation.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui, ao lado do ensino e da pesquisa, uma das funções fundamentais das universidades brasileiras. O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da indissociabilidade entre essas atividades, reconhecendo que a formação acadêmica, a produção do conhecimento e a relação com a sociedade devem integrar o projeto universitário. Esse reconhecimento, entretanto, não assegurou à extensão uma posição equivalente à ocupada pelo ensino e pela pesquisa nas estruturas institucionais. Sua trajetória foi marcada por iniciativas relevantes, mas frequentemente desenvolvidas de maneira pontual ou com limitada integração aos currículos de graduação (Brasil, 1988; Miguel, 2023).

A compreensão da extensão universitária também foi se transformando ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito aos seus fundamentos conceituais. A crítica de Freire (1983) à ideia de uma transmissão unilateral do conhecimento contribuiu para fortalecer a ideia de extensão baseada no diálogo e na participação da sociedade na construção do conhecimento. Essa perspectiva também orienta a Política Nacional de Extensão Universitária, formulada pelo FORPROEX (2012), que destaca a interação dialógica, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além do compromisso com a formação discente e a transformação social. Deste modo, integrar a extensão ao currículo vai além de ampliar a participação dos estudantes em atividades fora da universidade. Significa

incorporar à formação acadêmica experiências construídas no contato com diferentes realidades sociais e a partir da relação entre universidade e sociedade.

No campo normativo, a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceu, em sua Estratégia 12.7, a destinação mínima de 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação a programas e projetos de extensão universitária. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 aprofundou a regulamentação dessa diretriz, estabelecendo parâmetros para sua incorporação à formação acadêmica. É importante destacar que a vigência do PNE de 2014 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024. Posteriormente, a Lei nº 15.388/2026 aprovou um novo Plano Nacional de Educação. Para os fins deste estudo, cumpre distinguir a trajetória normativa que impulsionou a curricularização da extensão do contexto legislativo posterior, preservando a identificação dos dispositivos que fundamentaram sua implementação.

A partir desses marcos normativos, as instituições de ensino superior tiveram que rever Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), estabelecer regulamentações internas, definir estratégias de inserção curricular e organizar procedimentos de registro, acompanhamento e avaliação. Ocorre que a existência de diretrizes nacionais não produziu condições homogêneas de implementação. As diferenças entre estruturas institucionais, áreas de conhecimento, experiências prévias de extensão e recursos disponíveis influenciam as possibilidades de concretização e implementação da política (Basso et al., 2023; Marques; Stallivieri, 2024; Gleriano et al., 2026).

A principal tensão desse processo está na distância que pode existir entre o reconhecimento formal da curricularização e sua incorporação efetiva às práticas acadêmicas. A previsão de carga horária nos currículos constitui uma exigência objetiva, mas não demonstra, por si só, que as atividades extensionistas estejam pedagogicamente integradas à formação ou que preservem relações dialógicas com a sociedade. Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) problematizam a redução da curricularização à creditação de atividades, enquanto estudos posteriores discutem obstáculos relacionados à organização curricular, à participação docente e às condições de gestão (Gomes et al., 2024; Gleriano et al., 2026).

Essa tensão não permite concluir que a regulamentação tenha sido insuficiente ou que as dificuldades observadas representem, necessariamente, o fracasso da política. O avanço normativo ampliou a centralidade da extensão na graduação e impulsionou mudanças institucionais importantes. Ao mesmo tempo, tornou mais visíveis questões que não se resolvem exclusivamente por meio de alterações documentais. A incorporação da extensão ao currículo envolve decisões administrativas, escolhas

pedagógicas, condições materiais e relações sociais que precisam ser articuladas para que a extensão ultrapasse o cumprimento de uma obrigação curricular.

Embora a literatura apresente análises de experiências institucionais, estratégias de curricularização e dificuldades de operacionalização, permanece relevante examinar como esses desafios se relacionam e quais aspectos institucionais ajudam a compreender sua persistência. A análise isolada de problemas administrativos, pedagógicos ou avaliativos pode limitar a compreensão de um processo cujos componentes são interdependentes. É nesse ponto que se situa a contribuição pretendida pelo presente estudo: organizar os desafios identificados na literatura em uma estrutura analítica capaz de evidenciar suas conexões, sem desconsiderar a diversidade das instituições de ensino superior brasileiras.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os principais desafios relacionados à implementação da curricularização da extensão universitária no Brasil identificados na literatura acadêmica e normativa e como esses desafios podem ser organizados em dimensões institucionais?

O objetivo do artigo é analisar os principais desafios relacionados à implementação da curricularização da extensão universitária no Brasil e sistematizá-los em dimensões institucionais capazes de apoiar a compreensão e o aperfeiçoamento desse processo. Para tanto, examina-se um conjunto de 31 obras mediante recorte temático voltado à passagem da normatização à implementação. A análise articula os desafios identificados na literatura e os organiza em quatro dimensões: Normativa e Gestão, Pedagógico-Curricular, Impacto Social e Monitoramento e Avaliação.

A sistematização proposta não pretende oferecer um modelo institucional previamente validado, mas contribuir para uma leitura integrada das condições que interferem na consolidação da curricularização. Ao reunir aspectos frequentemente examinados de maneira fragmentada, o artigo busca ampliar a compreensão das relações entre exigências normativas, práticas formativas, compromisso social e processos de avaliação, oferecendo subsídios para o debate acadêmico e para futuras investigações sobre a implementação institucional da extensão universitária.

2. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FUNDAMENTOS E MARCOS NORMATIVOS

A curricularização da extensão universitária integra um processo mais amplo de redefinição do lugar da extensão na educação superior brasileira. Sua compreensão exige considerar tanto as mudanças na concepção das relações entre universidade e sociedade quanto os marcos normativos que

impulsionaram sua incorporação aos cursos de graduação. Embora essas duas dimensões estejam relacionadas, não são equivalentes: a regulamentação estabelece obrigações institucionais, enquanto os fundamentos da extensão orientam o sentido pedagógico e social das práticas desenvolvidas.

Historicamente, a extensão esteve associada à difusão de conhecimentos produzidos no interior das instituições de ensino superior. O Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, expressava uma concepção na qual a universidade assumia predominantemente o papel de transmissora do saber acadêmico. Ao longo do século XX, essa perspectiva passou a conviver com outras formulações, influenciadas pelos debates sobre educação popular, democratização do conhecimento e compromisso social da universidade (Gadotti, 2017; Miguel, 2023).

A contribuição de Freire (1983) é particularmente importante para compreender essa mudança. Ao questionar a extensão concebida como transferência de conhecimentos, o autor desloca a atenção para a comunicação e para a relação entre sujeitos que possuem experiências e saberes distintos. Essa reflexão permite reconhecer que a dimensão extensionista de uma atividade não decorre simplesmente do local em que ela é realizada. O contato com a comunidade, por si só, não assegura uma prática dialógica quando os sujeitos externos permanecem na condição de destinatários de ações previamente definidas pela universidade.

A Política Nacional de Extensão Universitária, formulada pelo FORPROEX (2012), consolidou princípios que reforçam essa perspectiva. Entre suas diretrizes estão a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social. Esses princípios conferem à extensão uma função que ultrapassa a prestação de serviços ou a realização de atividades complementares. Trata-se de reconhecer a relação com a sociedade como parte constitutiva da formação acadêmica e da produção do conhecimento.

A curricularização procura conferir maior estabilidade institucional a essa concepção, incorporando as experiências extensionistas ao percurso formativo dos estudantes. Entretanto, a literatura distingue processos que podem ser confundidos na prática. A creditação corresponde, principalmente, ao reconhecimento acadêmico das atividades de extensão, mediante atribuição de créditos ou carga horária. A curricularização pressupõe sua integração ao currículo e aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), com vinculação aos objetivos formativos. Já a extensionalização do currículo, discutida por Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), aponta para uma transformação mais abrangente da própria lógica curricular, na qual a extensão passa a influenciar a organização da formação universitária.

A distinção entre esses conceitos ajuda a compreender por que o atendimento a uma exigência quantitativa não corresponde necessariamente à transformação das práticas acadêmicas. Uma instituição pode desenvolver procedimentos adequados de registro e reconhecimento de carga horária sem que a extensão esteja efetivamente articulada às demais experiências formativas. Em sentido mais amplo, a integração curricular exige discutir o papel dos estudantes, as relações entre teoria e prática, a participação de sujeitos externos à universidade e as possibilidades de produção compartilhada do conhecimento (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015; Miguel, 2023).

No plano normativo, a Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 13.005/2014 representou um marco para a curricularização ao estabelecer a destinação mínima de 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação a programas e projetos de extensão universitária. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 aprofundou essa orientação, estabelecendo diretrizes para a extensão na educação superior e vinculando sua inserção curricular à formação discente, à interação com a sociedade e à organização acadêmica das instituições.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 também conferiu relevância aos procedimentos institucionais de planejamento, registro e avaliação das atividades extensionistas. A regulamentação nacional, contudo, não definiu um único modelo de operacionalização para todas as instituições. A construção de normas internas, a adequação dos PPCs e a escolha das estratégias de inserção curricular passaram a depender de decisões tomadas em contextos acadêmicos e administrativos distintos. Nesse processo, a articulação entre os setores responsáveis pela graduação e pela extensão assume importância para evitar que as exigências pedagógicas e os procedimentos de gestão sejam tratados separadamente.

A vigência do PNE instituído em 2014 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024. Com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação pela Lei nº 15.388/2026, o planejamento educacional brasileiro passou a contar com um novo marco legal. Essa atualização não altera a necessidade de reconhecer a Estratégia 12.7 do plano anterior e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 como referências fundamentais para a compreensão do processo de curricularização examinado neste estudo. Ao tratar da trajetória da política, é importante distinguir os dispositivos que impulsionaram sua implementação das disposições posteriores que integram o novo contexto normativo.

As diferenças entre instituições e cursos ajudam a explicar por que uma mesma exigência regulatória pode resultar em estratégias diversas. Estudos sobre a implementação da curricularização discutem possibilidades de organização curricular, dificuldades de articulação administrativa e necessidades de formação docente e acompanhamento das atividades (Basso et al., 2023; Marques;

Stallivieri, 2024; Gleriano et al., 2026). Essas questões não decorrem apenas da interpretação das normas, mas também das condições institucionais disponíveis para concretizá-las.

A relação entre fundamentos e regulamentação constitui um elemento central para a análise da implementação. A norma assegura um espaço obrigatório para a extensão nos currículos, mas o sentido dessa presença depende das escolhas pedagógicas, organizacionais e sociais realizadas pelas instituições. É nessa relação, entre a exigência formal e as condições de sua concretização, que se situam os desafios que serão analisados nas seções seguintes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica, desenvolvida por meio de revisão de literatura e análise documental, conduzidas a partir de procedimentos explicitados de busca, seleção e análise. Deriva de uma pesquisa de mestrado dedicada à curricularização da extensão universitária no Brasil, da qual retoma os resultados para examinar, especificamente, os desafios relacionados à implementação institucional dessa política.

O levantamento bibliográfico priorizou publicações entre 2010 e 2026, admitindo obras anteriores relevantes para a fundamentação conceitual. As buscas foram realizadas no Google Scholar, Semantic Scholar e SciSpace, com os descritores “curricularização da extensão”, “extensão universitária” e “integração curricular da extensão”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR, conforme as possibilidades de cada ferramenta. A seleção privilegiou produções em língua portuguesa relacionadas ao contexto brasileiro.

Foram considerados estudos e documentos que abordassem fundamentos teóricos, experiências institucionais, estratégias de implementação, indicadores de avaliação e marcos normativos da curricularização da extensão. Excluíram-se materiais duplicados, publicações sem identificação bibliográfica confiável e textos sem aderência suficiente ao objeto investigado. A triagem ocorreu em três etapas: leitura de títulos, resumos e palavras-chave; leitura seletiva das produções potencialmente pertinentes; e leitura analítica das obras selecionadas. Esse percurso resultou em um conjunto de 31 obras, publicadas entre 1983 e 2026.

Como procedimento complementar, foram consultadas, de maneira exploratória, páginas institucionais de universidades mencionadas nos estudos, com a finalidade de verificar informações sobre regulamentações internas e estratégias de operacionalização da curricularização. Essas consultas não

ampliaram o conjunto bibliográfico selecionado, mas contribuíram para contextualizar as experiências institucionais discutidas.

A análise das obras envolveu o registro dos principais conceitos, avanços, desafios, estratégias de implementação e mecanismos de avaliação apresentados na literatura. Posteriormente, esses elementos foram examinados quanto às recorrências, aproximações, divergências e tensões, sendo agrupados por afinidade temática. O procedimento permitiu relacionar aspectos normativos e administrativos a questões pedagógico-curriculares, à interação entre universidade e sociedade e às práticas de acompanhamento e avaliação.

Neste artigo, a análise foi direcionada aos desafios da passagem da normatização à implementação da curricularização da extensão universitária. Embora o levantamento bibliográfico tenha reunido 31 obras, a discussão concentra-se naquelas cujos achados contribuem diretamente para a compreensão desses desafios e para a fundamentação das quatro dimensões institucionais propostas. Essa delimitação preserva o conjunto bibliográfico selecionado e evidencia o enfoque analítico adotado no estudo.

As dimensões constituem uma síntese analítica elaborada a partir da literatura examinada, e não a reprodução de um modelo único previamente estabelecido. Sua apresentação neste artigo tem finalidade interpretativa, sem pretensão de validação empírica ou de avaliação da aderência de instituições específicas.

A pesquisa utilizou fontes secundárias e documentos de acesso público, sem participação direta de seres humanos. Seus resultados devem ser compreendidos à luz das limitações do levantamento bibliográfico, que não pretendeu abranger exaustivamente a produção existente sobre o tema. A diversidade de contextos institucionais e de abordagens presentes nas obras também restringe a generalização dos achados, indicando a necessidade de investigações futuras que examinem as dimensões propostas em situações concretas de implementação.

4. DA NORMATIZAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO: DESAFIOS IDENTIFICADOS NA LITERATURA

4.1 A distância entre a formalização normativa e a prática institucional

O primeiro desafio que surge na literatura é a distância entre o reconhecimento formal da curricularização e sua incorporação efetiva às práticas acadêmicas. O PNE e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 conferiram direção clara à política, mas a implementação ocorre de modo desigual entre

instituições, cursos e áreas. A existência de uma exigência nacional comum convive com diferentes capacidades institucionais, estruturas administrativas, culturas acadêmicas e experiências prévias de extensão. Por isso, a presença da curricularização nos documentos oficiais não significa que ela esteja consolidada no cotidiano universitário (Basso et al., 2023; Gleriano et al., 2026).

Essa diferença pode ser observada na própria revisão dos PPCs. A adequação documental é indispensável, pois é no projeto pedagógico que a extensão passa a integrar formalmente o percurso formativo. Contudo, a alteração do texto do PPC não assegura, isoladamente, mudança nas práticas de ensino, nas formas de avaliação ou na relação com a sociedade. Silva, T. R. et al. (2021) mostram que a curricularização demanda escolhas sobre modalidades de inserção, organização de carga horária, responsabilidades docentes e participação estudantil. O desafio está em fazer com que essas escolhas sejam coerentes com o projeto formativo e não apenas respostas administrativas ao percentual exigido.

A literatura também aponta assimetrias internas. Em uma mesma instituição, cursos podem adotar soluções diferentes, possuir níveis distintos de experiência extensionista e contar com equipes mais ou menos familiarizadas com a política. Áreas que historicamente mantêm maior aproximação com comunidades ou serviços podem encontrar caminhos mais imediatos para integrar a extensão; outras precisam construir novas redes, metodologias e formas de acompanhamento. Essa heterogeneidade ajuda a explicar por que a implementação não se apresenta como processo linear.

Gleriano et al. (2026) destacam que o percurso institucional envolve regulamentação, creditação e gestão articuladas. A consolidação exige continuidade e capacidade de transformar diretrizes em rotinas. Isso significa que a política não termina quando uma resolução interna é aprovada. Depois da normatização, surgem questões sobre oferta regular de oportunidades extensionistas, registro acadêmico, distribuição de responsabilidades, apoio aos cursos, formação de equipes e avaliação. A etapa posterior à norma é, portanto, a mais longa e a que exige maior coordenação.

Viana (2026), ao tratar da avaliação da curricularização na Universidade Federal do Ceará, explicita a tensão entre consenso normativo e dificuldades de implementação. Essa formulação sintetiza um aspecto recorrente no corpus: há ampla legitimidade da ideia de inserir a extensão na formação, mas a concordância com o princípio não elimina conflitos sobre como operacionalizá-lo. O consenso em torno da relevância social da extensão pode coexistir com dúvidas sobre carga de trabalho, critérios de reconhecimento, formas de participação e capacidade institucional.

A diferença entre formalização e prática também aparece na continuidade das ações. Projetos extensionistas dependentes de iniciativas individuais ou de financiamento temporário podem não oferecer estabilidade suficiente para atender a uma política curricular que alcança todos os estudantes. Quando a extensão passa a integrar obrigatoriamente os cursos, a instituição precisa assegurar condições para que as experiências não sejam episódicas. A curricularização amplia a escala da extensão e, com isso, transforma questões antes localizadas em problemas institucionais.

Esse movimento produz uma mudança importante de perspectiva. Antes da curricularização, a extensão podia estar fortemente associada à adesão voluntária de docentes e estudantes. Com a incorporação curricular, torna-se necessário planejar oportunidades compatíveis com o número de alunos, os tempos dos cursos, os calendários acadêmicos e as demandas dos territórios. A institucionalização, nesse sentido, não elimina a iniciativa dos sujeitos, mas exige estruturas capazes de sustentar e coordenar essa iniciativa.

A literatura analisada permite concluir que a distância entre norma e prática não deve ser interpretada simplesmente como descumprimento. Em muitos casos, ela expressa o tempo e a complexidade necessários para transformar uma diretriz nacional em práticas institucionalizadas. Entretanto, reconhecer essa complexidade não significa relativizar a exigência de implementação. Ao contrário, significa deslocar a avaliação da política do plano exclusivamente documental para a observação das condições concretas que permitem sua realização.

4.2 Burocratização e redução da extensão à carga horária

Um segundo desafio recorrente é o risco de burocratização. A curricularização exige registros, normas, fluxos, sistemas e mecanismos de controle. Esses elementos são necessários para assegurar reconhecimento acadêmico, rastreabilidade e acompanhamento. O problema surge quando a dimensão administrativa deixa de servir à finalidade pedagógica e passa a definir o próprio sentido da política. Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) alertam para a diferença entre curricularizar a extensão e simplesmente creditar atividades, chamando atenção para a possibilidade de atendimento formal da Estratégia 12.7 sem transformação substantiva do currículo.

A contabilização dos 10% pode favorecer esse deslocamento. Por ser um requisito objetivo e verificável, o percentual tende a ocupar lugar central nas discussões institucionais. Quantas horas serão destinadas à extensão? Em quais componentes? Como serão registradas? Quem validará as atividades? Essas perguntas são legítimas e precisam ser respondidas. Contudo, quando se tornam o núcleo exclusivo

da implementação, outras questões perdem espaço: que experiências formativas estão sendo propostas? Há interação dialógica? Os estudantes participam da construção das ações? As atividades respondem a demandas socialmente relevantes? Existe articulação com ensino e pesquisa?

Silva, T. R. et al. (2021) e Miguel (2023) sustentam que a inserção curricular não pode ser reduzida à redistribuição de carga horária. A mudança esperada envolve organização curricular, metodologias, relação entre teoria e prática e compreensão do papel social da universidade. Nessa perspectiva, cumprir o percentual sem alterar a lógica formativa pode produzir uma curricularização apenas aparente: a extensão passa a constar nos documentos, mas permanece periférica no processo pedagógico.

A burocratização também pode ocorrer pela multiplicação de procedimentos. Sistemas de registro inadequados, fluxos pouco claros, exigências documentais repetitivas e ausência de integração entre plataformas podem transformar a participação em ações extensionistas em atividade administrativamente onerosa. A literatura não defende a eliminação de controles; ao contrário, reconhece a importância de registros e informações. O desafio é construir procedimentos proporcionais, inteligíveis e articulados, capazes de produzir dados úteis sem consumir energia institucional de forma desnecessária (Gleriano et al., 2026; Marques; Stallivieri, 2024).

Essa questão atinge docentes, estudantes e equipes administrativas. Para o docente, a ampliação de formulários, registros e prestações de informação pode ser percebida como aumento de carga burocrática, especialmente quando não há suporte. Para o estudante, procedimentos pouco transparentes podem dificultar o reconhecimento das atividades e a compreensão de seu lugar no currículo. Para os setores de gestão, sistemas fragmentados reduzem a capacidade de acompanhar a política e produzir indicadores confiáveis. Assim, uma burocracia mal desenhada não apenas gera insatisfação; ela compromete a própria qualidade das informações necessárias ao monitoramento.

Há ainda um risco conceitual: quando a extensão é traduzida exclusivamente em unidades de carga horária, pode-se perder de vista que sua especificidade está na relação estabelecida com a sociedade. Uma atividade pode ocupar muitas horas e, ainda assim, reproduzir uma lógica unilateral. Da mesma forma, o cumprimento de uma quantidade mínima não garante continuidade, reciprocidade ou impacto formativo. A avaliação da curricularização precisa, portanto, combinar elementos quantitativos e qualitativos.

A superação desse desafio passa por recolocar a gestão a serviço da finalidade acadêmica. Normas e sistemas devem facilitar a realização, o registro e a avaliação das experiências, e não substituí-las. Isso requer clareza institucional sobre o que se entende por extensão, critérios coerentes para reconhecimento

das atividades e processos de acompanhamento capazes de distinguir presença formal de integração efetiva. A burocracia é inevitável em políticas de larga escala; o ponto crítico é impedir que ela se torne o principal resultado da implementação.

4.3 Integração pedagógico-curricular e transformação das práticas formativas

A integração pedagógico-curricular constitui um dos desafios mais substantivos porque alcança o núcleo do processo formativo. A curricularização não se realiza plenamente quando a extensão é apenas anexada ao currículo. É necessário que exista coerência entre objetivos de formação, atividades propostas, participação dos estudantes, acompanhamento docente e relação com os contextos sociais. Essa exigência torna a revisão dos PPCs uma etapa necessária, mas insuficiente (Silva, T. R. et al., 2021; Basso et al., 2023).

A diversidade de estratégias institucionais mostra que não há solução única. Disciplinas curriculares de extensão podem favorecer planejamento, acompanhamento e integração com conteúdos específicos, mas correm o risco de concentrar a extensão em componentes isolados. Atividades curriculares de extensão podem ampliar flexibilidade e participação em projetos, porém exigem sistemas de reconhecimento e orientação consistentes. Modelos híbridos procuram combinar possibilidades. Marques e Stallivieri (2024) mostram que a escolha precisa considerar características dos cursos e condições institucionais, e não apenas reproduzir formatos adotados por outras instituições.

A interdisciplinaridade aparece como possibilidade e, simultaneamente, como desafio. Problemas sociais raramente se organizam segundo fronteiras disciplinares. A extensão pode criar condições para que estudantes e docentes de diferentes áreas trabalhem conjuntamente, articulando conhecimentos e perspectivas. O FORPROEX (2012) reconhece interdisciplinaridade e interprofissionalidade como diretrizes. Entretanto, a estrutura departamentalizada dos cursos, os horários, as regras de matrícula e as responsabilidades acadêmicas podem dificultar experiências integradas.

Outro ponto é a relação entre teoria e prática. A literatura destaca o potencial da extensão para aproximar conhecimentos acadêmicos de situações concretas, favorecendo aprendizagens contextualizadas. Isso não significa reduzir a formação à aplicação imediata de conteúdo. A experiência extensionista pode produzir novas perguntas, tensionar conhecimentos estabelecidos e estimular reflexão crítica. O movimento é de mão dupla: a universidade mobiliza conhecimentos na relação com a sociedade e, ao mesmo tempo, transforma sua própria compreensão a partir dessa interação (Freire, 1983; Gadotti, 2017).

O protagonismo discente também precisa ser considerado. Se o estudante participa apenas como executor de tarefas previamente definidas, parte do potencial formativo se perde. A curricularização pressupõe oportunidades de planejamento, diálogo, tomada de decisão, reflexão e avaliação. Silva, L. D., Vieira e Tambosi Filho (2024) incorporam aspectos relacionados à formação e à participação estudantil em sua proposta de indicadores, enquanto Spatti et al. (2023) discutem resultados e impactos que alcançam estudantes, instituições e sociedade.

A integração curricular exige ainda compatibilidade com os perfis dos estudantes e com as condições concretas de oferta. Cursos noturnos, estudantes trabalhadores, deslocamentos territoriais e disponibilidade de horários podem limitar a participação em atividades organizadas segundo modelos tradicionais. A política precisa evitar que a extensão se converta em obstáculo adicional à permanência estudantil. Isso demanda planejamento de modalidades, tempos e espaços capazes de combinar intencionalidade extensionista e diversidade das trajetórias acadêmicas.

Nos cursos de licenciatura, Vieira e Lanser (2025) discutem aproximações entre curricularização, prática como componente curricular e formação do professor pesquisador. Em outras áreas, como administração pública, Lucas et al. (2023) mostram possibilidades de articulação com políticas públicas. Essas experiências reforçam que a extensão pode assumir configurações distintas conforme o campo formativo. A unidade da política não depende de uniformidade de atividades, mas da preservação de princípios comuns.

A literatura sugere, portanto, que o desafio pedagógico não é apenas inserir extensão no currículo, mas permitir que essa inserção produza experiências coerentes com a função social da universidade. Isso requer que a organização curricular seja suficientemente estruturada para garantir acesso e acompanhamento e, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para acolher relações com diferentes territórios, parceiros e problemas sociais. É uma tensão permanente entre institucionalização e abertura à realidade.

4.4 Formação, participação e condições de trabalho docente

A atuação docente ocupa posição central na implementação. A curricularização modifica rotinas, exige planejamento de atividades fora dos formatos tradicionais de sala de aula, amplia a necessidade de articulação com parceiros externos e demanda acompanhamento de estudantes em contextos diversos. A literatura registra dificuldades relacionadas à formação para a extensão e à resistência a mudanças na cultura acadêmica (Marques; Stallivieri, 2024; Gleriano et al., 2026).

Parte dessas dificuldades decorre de trajetórias profissionais fortemente orientadas pelo ensino disciplinar e pela pesquisa. Nem todos os docentes tiveram experiências extensionistas em sua formação, o que pode gerar insegurança sobre concepção, metodologia, avaliação e registro. A obrigatoriedade curricular amplia a participação de professores que anteriormente não atuavam com extensão. Nesse cenário, esperar que a mudança ocorra apenas por força normativa tende a produzir adesão formal sem apropriação pedagógica.

A formação docente precisa, portanto, ultrapassar orientações procedimentais. É necessário compreender fundamentos, distinguir extensão de outras atividades, discutir interação dialógica, planejar experiências formativas, estabelecer relações com parceiros sociais e avaliar processos e resultados. A dimensão administrativa é importante, mas insuficiente. Capacitações centradas apenas em sistemas e formulários podem ensinar como registrar uma ação sem responder ao que caracteriza sua qualidade extensionista.

As condições de trabalho também influenciam a adesão. Planejar e acompanhar atividades extensionistas demanda tempo. Em muitas situações, envolve deslocamentos, reuniões com comunidades, articulação entre setores, supervisão de estudantes e produção de registros. Quando essas tarefas são adicionadas às responsabilidades de ensino, pesquisa e gestão sem reconhecimento adequado, a curricularização pode ser percebida como sobrecarga. A resistência, nesse caso, não pode ser interpretada apenas como recusa conceitual; pode expressar condições concretas de trabalho.

A institucionalização exige reconhecer a extensão na distribuição de encargos, nos processos de avaliação docente e nas políticas de incentivo. O fortalecimento de bolsas, editais, apoio técnico e estruturas de acompanhamento pode reduzir a dependência de esforços individuais. Arruda e Andrade (2026), ao discutirem financiamento e assimetrias, ajudam a compreender que a capacidade de implementação é atravessada por condições institucionais desiguais. A exigência nacional é comum, mas os recursos disponíveis não são.

Há ainda uma dimensão cultural. A curricularização desafia hierarquias acadêmicas que historicamente atribuíram maior prestígio à pesquisa e, em certos contextos, ao ensino, deixando a extensão em posição menos valorizada. Inserir a extensão no currículo significa também disputar reconhecimento institucional. Miguel (2023) relaciona esse processo à função social da universidade; Gadotti (2017) destaca sua dimensão emancipatória. Sem mudança de cultura, a extensão pode ser formalmente obrigatória e simbolicamente secundária.

A participação docente não deve ser tratada apenas como condição operacional, mas como parte do próprio processo de institucionalização. Professores são responsáveis por traduzir princípios gerais em experiências pedagógicas concretas. Quando participam da construção das normas e dos modelos de implementação, aumentam as possibilidades de apropriação e adequação às especificidades dos cursos. Processos excessivamente centralizados podem produzir regras formalmente consistentes, porém pouco conectadas às realidades acadêmicas.

Por isso, formação, reconhecimento e participação precisam caminhar conjuntamente. A capacitação oferece repertório; o reconhecimento cria condições de trabalho; e a participação permite que os sujeitos compreendam e influenciem as escolhas institucionais. A ausência de qualquer desses elementos fragiliza a implementação.

4.5 Gestão, financiamento, infraestrutura e suporte institucional

A curricularização amplia a escala das atividades extensionistas e, consequentemente, torna mais visíveis as condições materiais e administrativas necessárias para sustentá-las. Enquanto ações pontuais podem funcionar com forte dependência de iniciativas individuais, uma política curricular que alcança todos os cursos e estudantes requer planejamento institucional, definição de responsabilidades, sistemas de informação, infraestrutura e recursos financeiros. A literatura identifica assimetrias significativas nesse campo (Arruda; Andrade, 2026; Gleriano et al., 2026).

A governança institucional é um primeiro aspecto. A implementação envolve pró-reitorias de graduação e extensão, coordenações de curso, colegiados, departamentos, setores de registro acadêmico, avaliação institucional e, em muitos casos, áreas de tecnologia da informação. Quando responsabilidades não estão claramente definidas, surgem sobreposições, lacunas e fluxos pouco eficientes. Gleriano et al. (2026) destacam a necessidade de articulação entre setores, e Marques e Stallivieri (2024) mostram que estratégias práticas dependem de suporte administrativo consistente.

A articulação entre graduação e extensão é particularmente importante. A curricularização situa-se justamente na interseção entre essas áreas. Se cada setor opera com regras, sistemas e calendários independentes, o estudante e o docente podem enfrentar duplicidade de procedimentos e dificuldades de reconhecimento. A integração institucional não exige necessariamente uma estrutura única, mas demanda comunicação, compartilhamento de informações e decisões coordenadas.

Os sistemas de registro constituem outro desafio. A instituição precisa registrar ações, participação discente, carga horária, resultados e informações que permitam acompanhamento. Sistemas inadequados

podem gerar trabalho manual, perda de dados e dificuldade de rastreabilidade. Ao mesmo tempo, sistemas desenhados apenas para controle administrativo podem não captar dimensões qualitativas relevantes. A produção de informação precisa estar vinculada às perguntas que a instituição deseja responder sobre sua política.

O financiamento atravessa todo o processo. Atividades extensionistas podem demandar transporte, materiais, equipamentos, bolsas, serviços, infraestrutura física e recursos para comunicação. A expansão curricular aumenta a necessidade de previsibilidade. Arruda e Andrade (2026) discutem assimetrias de financiamento no contexto da curricularização, evidenciando que as condições para cumprir uma mesma diretriz nacional são desiguais. A ausência de recursos pode restringir a diversidade das ações e concentrá-las em formatos de menor custo, nem sempre os mais adequados aos objetivos formativos e sociais.

As bolsas estudantis possuem importância particular porque podem favorecer participação e permanência, sobretudo em ações que exigem dedicação adicional ou deslocamento. Entretanto, a curricularização não pode depender exclusivamente de programas de bolsas, já que a extensão passa a integrar o percurso de todos os estudantes. O desafio é combinar políticas de fomento com formas curriculares acessíveis, evitando que condições econômicas determinem quem consegue participar de experiências mais qualificadas.

A infraestrutura inclui também apoio técnico e administrativo. Secretarias, equipes de extensão, profissionais de tecnologia e setores de comunicação podem desempenhar funções decisivas para reduzir a carga operacional sobre docentes e estudantes. Quando todo o processo de cadastro, articulação, execução, comprovação e avaliação recai sobre o professor responsável, aumenta o risco de descontinuidade e resistência. A institucionalização implica distribuir responsabilidades de forma compatível com a natureza coletiva da política.

As condições de gestão também influenciam a continuidade das relações com parceiros externos. Comunidades, organizações e serviços públicos não devem ser acionados apenas como espaços para cumprimento de carga horária. Relações extensionistas consistentes exigem confiança, diálogo e continuidade. Mudanças frequentes de equipes, ausência de planejamento e descontinuidade de recursos podem fragilizar vínculos construídos ao longo do tempo.

Assim, gestão e financiamento não constituem dimensões meramente instrumentais. Eles condicionam a possibilidade de concretizar princípios pedagógicos e sociais. Uma política que valoriza interação dialógica, protagonismo discente e continuidade precisa oferecer condições para que esses

princípios sejam praticáveis. A ausência de suporte tende a deslocar a implementação para soluções mais formais, rápidas e administrativamente simples, justamente aquelas que correm maior risco de esvaziamento.

4.6 Relação universidade-sociedade e preservação do sentido extensionista

Embora muitos desafios sejam discutidos a partir do interior das instituições, a curricularização só preserva seu sentido quando a relação com a sociedade permanece no centro. A extensão não se caracteriza simplesmente por atividades realizadas fora do campus. Sua especificidade está na interação com outros sujeitos e contextos, na troca de saberes e na construção de respostas socialmente relevantes. Freire (1983), Gadotti (2017) e FORPROEX (2012) oferecem bases conceituais para essa compreensão.

A ampliação da escala produz uma questão concreta: como assegurar oportunidades extensionistas para um número maior de estudantes sem transformar comunidades e organizações em meros campos de prática? A obrigatoriedade curricular pode gerar pressão por vagas, parceiros e atividades. Se essa expansão não for acompanhada de planejamento e diálogo, existe o risco de subordinar as relações sociais às necessidades administrativas dos cursos.

A aderência às demandas e aos contextos sociais é, por isso, um critério relevante. Projetos construídos exclusivamente a partir de interesses acadêmicos podem reproduzir a lógica unilateral criticada por Freire (1983). A interação dialógica pressupõe escuta e participação dos sujeitos externos na definição de problemas, objetivos e formas de atuação. Isso não significa eliminar a intencionalidade acadêmica, mas construir compatibilidade entre objetivos formativos e necessidades socialmente identificadas.

A continuidade das relações também importa. Experiências isoladas podem gerar aprendizagens, mas vínculos mais duradouros favorecem conhecimento mútuo, confiança e capacidade de acompanhar resultados. A curricularização, quando organizada apenas por semestres e componentes estanques, pode produzir fragmentação. O desafio é conciliar o calendário acadêmico com temporalidades sociais que não obedecem aos mesmos ciclos.

O compromisso com transformação social precisa ser tratado com cautela. A literatura reconhece a relevância social da extensão, mas não autoriza atribuir automaticamente impacto transformador a qualquer atividade. Resultados sociais dependem de contexto, duração, participação e objetivos. Por isso, a avaliação deve evitar tanto a promessa excessiva quanto a redução do impacto a números de participantes

ou ações realizadas. Silva, L. D., Vieira e Tambosi Filho (2024) e Spatti et al. (2023) contribuem para esse debate ao propor indicadores e discutir formas de mensurar resultados e impactos.

A produção compartilhada do conhecimento constitui outro elemento. A relação extensionista pode gerar conhecimentos que retornam ao ensino e à pesquisa, modificando perguntas, conteúdos e métodos. Quando essa circulação ocorre, a indissociabilidade deixa de ser apenas princípio abstrato e passa a aparecer nas práticas acadêmicas. A curricularização pode, nesse sentido, ampliar a capacidade da universidade de aprender com a sociedade, e não apenas de levar conhecimento a ela.

O desafio central é impedir que a expansão curricular dilua justamente aquilo que diferencia a extensão. A necessidade de oferecer atividades em escala não deve conduzir à padronização excessiva ou à substituição do diálogo por procedimentos. A institucionalização precisa criar condições para relações socialmente responsáveis, e não enquadrá-las de forma rígida. Essa tensão entre escala e qualidade acompanha a passagem da extensão voluntária para uma política curricular abrangente.

4.7 Monitoramento, avaliação e produção de evidências

O monitoramento e a avaliação aparecem entre os pontos menos consolidados e, ao mesmo tempo, mais necessários para o amadurecimento da política. Depois de regulamentar, revisar currículos e iniciar a oferta de atividades, as instituições precisam saber como a curricularização está funcionando. A simples existência de registros de carga horária não responde a questões sobre qualidade, formação discente, relação com a sociedade ou integração curricular (Spatti et al., 2023; Silva, L. D.; Vieira; Tambosi Filho, 2024).

Spatti et al. (2023) formulam uma pergunta que sintetiza esse desafio: como medir resultados e impactos? A questão é complexa porque a extensão produz efeitos em diferentes sujeitos e temporalidades. Há resultados relacionados à formação dos estudantes, à organização institucional, às relações com parceiros e aos contextos sociais. Nem todos são imediatamente mensuráveis, e indicadores exclusivamente quantitativos podem oferecer uma visão parcial.

A avaliação da formação discente pode considerar participação, aprendizagem, desenvolvimento de competências, capacidade de relacionar conhecimentos acadêmicos a situações concretas e reflexão sobre compromisso social. Contudo, transformar essas dimensões em evidências requer instrumentos e critérios. A avaliação não pode ser apenas declaração genérica de que a extensão contribui para a formação; precisa construir formas de observar e documentar essa contribuição.

Do mesmo modo, avaliar a relação com a sociedade exige mais do que contabilizar público alcançado. Continuidade, reciprocidade, pertinência das ações e percepção dos parceiros são dimensões relevantes. A interação dialógica pressupõe que os sujeitos externos também tenham voz na avaliação. Sem esse retorno, a universidade corre o risco de avaliar a ação apenas a partir de seus próprios critérios.

O monitoramento institucional deve acompanhar a implementação em escala mais ampla. Informações sobre cursos, modalidades, participação, distribuição de atividades, recursos, dificuldades e resultados podem revelar assimetrias internas e orientar decisões. A ausência de sistemas integrados reduz a capacidade de produzir esse panorama. Por outro lado, acumular dados sem utilizá-los também não constitui avaliação. A informação precisa alimentar processos de decisão e aperfeiçoamento.

A autoavaliação continuada é especialmente importante porque a curricularização ainda está em processo de consolidação. Modelos adotados inicialmente podem precisar de ajustes; fluxos podem se mostrar excessivamente burocráticos; determinadas modalidades podem funcionar melhor em alguns cursos do que em outros. A avaliação permite que a política seja tratada como processo em aprendizagem, e não como desenho definitivo estabelecido pela primeira norma interna.

A literatura analisada mostra ainda que predominam estudos descritivos, relatos de experiência e análises concentradas em cursos ou instituições específicas. Essas produções são importantes para compreender caminhos de implementação, mas deixam lacunas sobre efeitos de médio e longo prazo. A ampliação de estudos avaliativos poderá contribuir para comparar não instituições em termos de ranking, mas estratégias, condições e resultados, respeitando contextos distintos.

A produção de evidências também protege a política contra dois extremos: a celebração acrítica e a rejeição baseada apenas em percepções. Quando instituições registram e analisam resultados, podem identificar tanto contribuições quanto fragilidades. Isso favorece decisões mais fundamentadas sobre formação docente, financiamento, revisão de normas e reorganização curricular.

Monitoramento e avaliação fecham, assim, um ciclo que retorna à implementação. A política não se consolida quando alcança o percentual previsto, mas quando é capaz de aprender com sua própria execução. A utilização dos resultados para aperfeiçoamento institucional transforma a avaliação em parte constitutiva da curricularização, e não em procedimento realizado apenas para prestação de contas.

4.8 Tensões estruturantes e lacunas que permanecem abertas

Os desafios examinados nesta seção não representam dificuldades independentes, passíveis de solução exclusivamente técnica. Sua análise revela tensões entre exigências que precisam coexistir no processo de curricularização: a necessidade de regulamentar e a preservação da flexibilidade das práticas extensionistas; o reconhecimento acadêmico da carga horária e a qualidade das experiências formativas; a ampliação da participação discente e a manutenção de relações dialógicas com a sociedade.

Uma dessas tensões envolve a relação entre padronização institucional e diversidade acadêmica. Critérios comuns são necessários para assegurar o reconhecimento das atividades e orientar os cursos, mas sua aplicação precisa considerar diferenças entre áreas de conhecimento, projetos pedagógicos e contextos sociais. A literatura apresenta estratégias distintas de inserção curricular, indicando que a existência de uma diretriz nacional não exige uniformidade absoluta dos arranjos institucionais (Basso et al., 2023; Marques; Stallivieri, 2024).

Outra tensão decorre da relação entre ampliação das responsabilidades e disponibilidade de condições para cumpri-las. A curricularização exige participação docente, suporte administrativo, recursos materiais e mecanismos de acompanhamento. Quando essas condições não se desenvolvem de maneira articulada, dificuldades inicialmente identificadas como problemas de organização curricular podem expressar limitações mais amplas de gestão e financiamento (Arruda; Andrade, 2026; Gleriano et al., 2026).

Permanecem também questões que demandam maior aprofundamento científico, especialmente quanto aos resultados formativos e sociais das experiências, à sustentabilidade das ações e à utilização das avaliações para aperfeiçoamento institucional. A predominância de análises situadas em experiências específicas torna relevante ampliar investigações capazes de acompanhar a implementação ao longo do tempo, sem desconsiderar as particularidades de cada contexto (Spatti et al., 2023; Silva, L. D.; Vieira; Tambosi Filho, 2024).

A leitura conjunta desses aspectos indica que compreender a implementação da curricularização da extensão exige considerar não apenas os desafios identificados, mas também as relações estabelecidas entre eles. Com o propósito de evidenciar essas articulações, o Quadro 1 sistematiza os principais desafios discutidos na literatura, suas manifestações e referências de apoio, relacionando-os às quatro dimensões institucionais que orientam a análise proposta neste estudo.

Quadro 1 – Relação entre os desafios de implementação e as dimensões institucionais

Desafio identificado	Manifestação ou evidência	Referências de apoio	Dimensão relacionada
Distância entre normatização e prática	Adequação dos PPCs e das normas internas não assegura, isoladamente, integração efetiva.	Basso et al. (2023); Gleriano et al. (2026)	Normativa e Gestão
Burocratização e redução à carga horária	Registro e creditação podem deslocar a atenção dos objetivos pedagógicos e sociais.	Imperatore, Pedde e Imperatore (2015); Silva, T. R. et al. (2021); Marques e Stallivieri (2024)	Normativa e Gestão; Pedagógico-Curricular
Dificuldades de integração pedagógico-curricular	Articulação com objetivos formativos, interdisciplinaridade e participação discente.	Silva, T. R. et al. (2021); Basso et al. (2023); FORPROEX (2012)	Pedagógico-Curricular
Formação e participação docente	Preparação pedagógica, condições de trabalho e suporte institucional.	Marques e Stallivieri (2024); Gleriano et al. (2026)	Pedagógico-Curricular; Normativa e Gestão
Limitações de gestão, financiamento e infraestrutura	Fragmentação administrativa e desigualdade de recursos.	Arruda e Andrade (2026); Gleriano et al. (2026)	Normativa e Gestão
Fragilidades na relação universidade-sociedade	Interação dialógica, aderência às demandas sociais e continuidade.	Freire (1983); FORPROEX (2012); Gadotti (2017)	Impacto Social

Limitações no monitoramento e na avaliação	Comprovação de horas não demonstra suficientemente resultados formativos e sociais.	Spatti et al. (2023); Silva, L. D., Vieira e Tambosi Filho (2024)	Monitoramento e Avaliação

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

5. SÍNTESE ANALÍTICA: DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO

A análise dos desafios demonstra que a implementação não pode ser explicada por um único fator. Fragilidades administrativas repercutem na organização pedagógica; ausência de formação docente afeta a qualidade das experiências; limitações de financiamento restringem possibilidades de interação; sistemas de registro influenciam o monitoramento; e a falta de avaliação dificulta a correção de problemas. A curricularização apresenta, portanto, caráter multidimensional.

O reexame temático do conjunto bibliográfico selecionado permitiu organizar os achados em quatro dimensões complementares: Normativa e Gestão, Pedagógico-Curricular, Impacto Social e Monitoramento e Avaliação. Essa configuração não corresponde à reprodução de modelo específico encontrado na literatura. Trata-se de uma sistematização construída a partir das recorrências e convergências do corpus, reunindo aspectos que apareciam dispersos em diferentes estudos.

A separação em dimensões possui finalidade analítica. Na realidade institucional, os componentes se sobrepõem. Uma norma interna pode estabelecer procedimentos pedagógicos; uma decisão curricular pode exigir mudanças em sistemas; uma ação socialmente relevante pode depender de financiamento; e uma avaliação pode produzir informações que levem à revisão de normas. A leitura por dimensões ajuda a organizar a complexidade sem pressupor independência entre os eixos.

5.1 Normativa e Gestão

A primeira dimensão, Normativa e Gestão, concentra as condições institucionais de sustentação da política. Inclui institucionalização, adequação dos PPCs, governança, sistemas de registro e informação e recursos e suporte institucional. A literatura mostra que a existência de normas é indispensável, mas sua efetividade depende de responsabilidades definidas, fluxos funcionais, sistemas adequados e recursos capazes de viabilizar as atividades (Brasil, 2018; Marques; Stallivieri, 2024; Gleriano et al., 2026; Arruda; Andrade, 2026).

5.2 Pedagógico-Curricular

A dimensão Pedagógico-Curricular reúne aspectos ligados à integração da extensão ao processo formativo. Abrange organização curricular, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, protagonismo discente, interdisciplinaridade e formação docente. Seu foco desloca a análise do percentual de carga horária para a qualidade da inserção. A pergunta central deixa de ser apenas se a extensão está presente no currículo e passa a incluir como ela participa da formação (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015; Silva, T. R. et al., 2021; Miguel, 2023; Basso et al., 2023).

5.3 Impacto Social

A dimensão Impacto Social preserva a relação universidade-sociedade como elemento constitutivo da extensão. Inclui aderência às demandas e aos contextos sociais, continuidade das relações, interação dialógica, compromisso e transformação social e produção compartilhada do conhecimento. Esses aspectos retomam fundamentos presentes em Freire (1983), FORPROEX (2012) e Gadotti (2017) e dialogam com propostas contemporâneas de avaliação, como a de Silva, L. D., Vieira e Tambosi Filho (2024).

5.4 Monitoramento e Avaliação

Por fim, a dimensão Monitoramento e Avaliação reúne acompanhamento da implementação, avaliação de resultados na formação discente, avaliação da relação com a sociedade, autoavaliação continuada e utilização dos resultados para aperfeiçoamento. Ela responde à necessidade de transformar informações em aprendizagem institucional, superando avaliações limitadas à comprovação de carga horária (Spatti et al., 2023; Silva, L. D.; Vieira; Tambosi Filho, 2024).

A articulação entre essas quatro dimensões permite compreender a implementação da curricularização da extensão como um processo que envolve responsabilidades e condições institucionais interdependentes.

O Quadro 2 sintetiza as dimensões propostas, destacando suas finalidades analíticas e os principais aspectos considerados em cada uma delas.

Quadro 2 – Dimensões institucionais e focos de análise

Dimensão	Foco de análise	Aspectos institucionais considerados
Normativa e Gestão	Condições institucionais de sustentação da política	Institucionalização; adequação dos PPCs; governança; sistemas de registro e informação; recursos e suporte.
Pedagógico-Curricular	Qualidade da integração curricular da extensão	Organização curricular; indissociabilidade; protagonismo discente; interdisciplinaridade; formação docente.
Impacto Social	Qualidade da relação entre universidade e sociedade	Aderência às demandas sociais; continuidade; interação dialógica; compromisso com a transformação social; produção compartilhada do conhecimento.
Monitoramento e Avaliação	Acompanhamento de processos e resultados	Monitoramento; formação discente; relação com a sociedade; autoavaliação; utilização dos resultados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

5.5 Da análise dos desafios ao aperfeiçoamento institucional

A organização dos desafios em quatro dimensões permite examinar a implementação da curricularização sem reduzir sua análise à verificação de requisitos formais. A distinção entre Normativa e Gestão, Pedagógico-Curricular, Impacto Social e Monitoramento e Avaliação oferece uma forma de reconhecer avanços e fragilidades que podem coexistir em uma mesma instituição. Uma estrutura

administrativa organizada, por exemplo, não assegura necessariamente a integração pedagógica das atividades; da mesma maneira, experiências extensionistas socialmente relevantes podem enfrentar dificuldades de continuidade quando não dispõem de suporte institucional adequado.

A principal utilidade dessa leitura está em relacionar problemas observados a suas possíveis condições de ocorrência. Dificuldades de participação docente podem envolver aspectos formativos, mas também distribuição de encargos e disponibilidade de apoio administrativo. Fragilidades no acompanhamento das ações podem decorrer de limitações dos sistemas de informação, da ausência de critérios avaliativos ou da pouca utilização dos resultados nas decisões institucionais. Examinar essas conexões contribui para evitar respostas pontuais a problemas que possuem causas ou repercussões em diferentes dimensões.

A sistematização também permite reconhecer que instituições e cursos podem apresentar trajetórias distintas. Algumas experiências podem demonstrar maior desenvolvimento na regulamentação e no registro acadêmico, enquanto outras se destacam pela integração curricular ou pela continuidade das relações com a sociedade. Essas diferenças não autorizam, por si sós, classificações de desempenho. Indicam, antes, a necessidade de análises contextualizadas, capazes de considerar evidências, condições de funcionamento e objetivos formativos.

Nessa perspectiva, as quatro dimensões constituíram a base para a proposição de uma matriz analítica preliminar de apoio à implementação institucional da curricularização da extensão universitária. A discussão desenvolvida neste artigo, contudo, concentra-se na fundamentação e na articulação dessas dimensões, sem avançar para a validação empírica da matriz. Sua aplicação em processos de diagnóstico e aperfeiçoamento institucional requer investigações posteriores que examinem sua pertinência e suas limitações em diferentes contextos.

A análise dimensional não elimina a complexidade da curricularização, mas oferece uma maneira de torná-la mais compreensível. Ao relacionar condições de gestão, organização pedagógica, compromisso social e avaliação, a proposta contribui para deslocar a atenção de problemas isolados para a coerência do processo institucional de implementação.

6. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste artigo permitiu identificar os principais desafios relacionados à implementação da curricularização da extensão universitária no Brasil e compreender como eles se articulam no contexto institucional. A questão de pesquisa foi respondida a partir do reconhecimento de dificuldades que envolvem a distância entre regulamentação e prática acadêmica, a burocratização, a integração pedagógico-curricular, a participação docente, as condições de gestão e financiamento, a relação universidade-sociedade e os processos de monitoramento e avaliação. Esses aspectos não se apresentam de maneira independente: suas relações ajudam a explicar por que o avanço na formalização da política não corresponde, necessariamente, ao mesmo grau de desenvolvimento em todas as dimensões de sua implementação.

A sistematização dos achados em quatro dimensões, Normativa e Gestão, Pedagógico-Curricular, Impacto Social e Monitoramento e Avaliação, constitui a principal contribuição analítica do estudo. Essa organização permite reunir problemas discutidos em diferentes produções acadêmicas e interpretá-los de maneira integrada. Ao explicitar as relações entre condições administrativas, práticas formativas, interação social e avaliação, a proposta oferece um referencial para compreender a curricularização como processo institucional que exige articulação entre diferentes responsabilidades e finalidades.

Os marcos normativos que impulsionaram a curricularização desempenharam papel decisivo na ampliação da presença da extensão nos cursos de graduação. Sua contribuição, entretanto, precisa ser compreendida em conjunto com as condições necessárias à concretização das diretrizes estabelecidas. A análise realizada indica que a institucionalização não se esgota na previsão de carga horária ou na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso. O desafio está em sustentar experiências nas quais o reconhecimento acadêmico da extensão seja acompanhado de integração pedagógica e de relações efetivamente dialógicas com a sociedade.

A pesquisa apresenta limitações decorrentes de sua natureza bibliográfica e documental e do caráter não exaustivo do levantamento realizado. Seus resultados expressam uma interpretação das obras selecionadas, não sendo possível generalizá-los para a totalidade das instituições de ensino superior brasileiras. Além disso, as dimensões propostas não foram submetidas à validação empírica, razão pela qual devem ser compreendidas como uma síntese analítica preliminar.

Estudos futuros poderão examinar a pertinência dessas dimensões em diferentes instituições, cursos e contextos regionais, incorporando as perspectivas de gestores, docentes, estudantes e sujeitos

externos envolvidos nas atividades extensionistas. A investigação de experiências concretas poderá contribuir para identificar ajustes necessários à sistematização e aprofundar a compreensão dos fatores que favorecem ou dificultam a continuidade das ações.

A contribuição deste artigo está, portanto, em demonstrar que a passagem da normatização à implementação não constitui uma etapa puramente administrativa. É nesse percurso que as instituições definem como os princípios da extensão serão incorporados à formação universitária. Compreender as relações entre os desafios identificados representa um passo para discutir a curricularização não apenas como exigência normativa a cumprir, mas como processo de aperfeiçoamento institucional comprometido com a função social da universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Cecília Nascimento; ANDRADE, Edson Francisco de. Estado, educação superior e financiamento: assimetrias no contexto da curricularização da extensão. *Sala 8 – Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação*, v. 1, n. 10, p. 164–181, 2026. DOI: https://doi.org/10.70678/sala8.v1i10.1559.

BASSO, L. D. P. et al. Curricularização da extensão: propostas de universidades federais paulistas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 14, n. 2, p. 189–199, 2023. DOI: https://doi.org/10.29327/2303474.14.2-6.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14934. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 49–50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira/rces007_18. Acesso em: 9 out. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para quê?* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GLERIANO, Josué Souza; LIMA, Guilherme dos Santos; PINHEIRO, Rodrigo Henrique; COHN, Amélia. Gestão da extensão universitária: percurso institucional e creditação da extensão. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 24, e67691, 2026. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2026v24e67691.

GOMES, Marineide de Oliveira; ALVIM, Marcia Helena; CUNHA, Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues. A curricularização da extensão no ensino superior: desafios, limites e possibilidades. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, v. 30, n. 59, p. 167–189, 2024. DOI: https://doi.org/10.55028/intermeio.v30i59.20635.

IMPERATORE, Simone L. B.; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Mar del Plata. *Anais [...]*. Mar del Plata: CIGU, 2015.

LUCAS, Angela Christina et al. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas Unicamp. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, e88038, 2023. DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.88038.

MARQUES, Gleicy Corrêa Nunes; STALLIVIERI, Luciane. Estratégias práticas para a curricularização da extensão. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 22, e53360, 2024. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e53360.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, e11534, 2023. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11534.

SILVA, Luciane Duarte da; VIEIRA, Almir Martins; TAMBOSI FILHO, Elmo. Curricularização da extensão universitária: indicadores de avaliação para os cursos de administração e contabilidade. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 29, e024001, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id275677.

SILVA, Tarcia Regina da et al. Estratégias de creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco. *Vivências*, Erechim, v. 17, n. 34, p. 55–70, 2021. DOI: https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i34.545.

SPATTI, Ana Carolina et al. Curricularização da extensão universitária: como medir seus impactos? *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 19, n. 58, p. 265–289, out./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.3895/rts.v19n58.16441.

VIANA, Aline de Oliveira. *Avaliação da curricularização da extensão universitária na UFC: entre o consenso normativo e os tensionamentos da implementação*. 2026. 190 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2026.

VIEIRA, Edilaine Aparecida; LANSER, Rafael Ademar. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura: a prática como componente curricular e a formação do professor pesquisador. *Educação em Revista*, Marília, v. 26, e025020, 2025. DOI: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2025.v26.e025020.